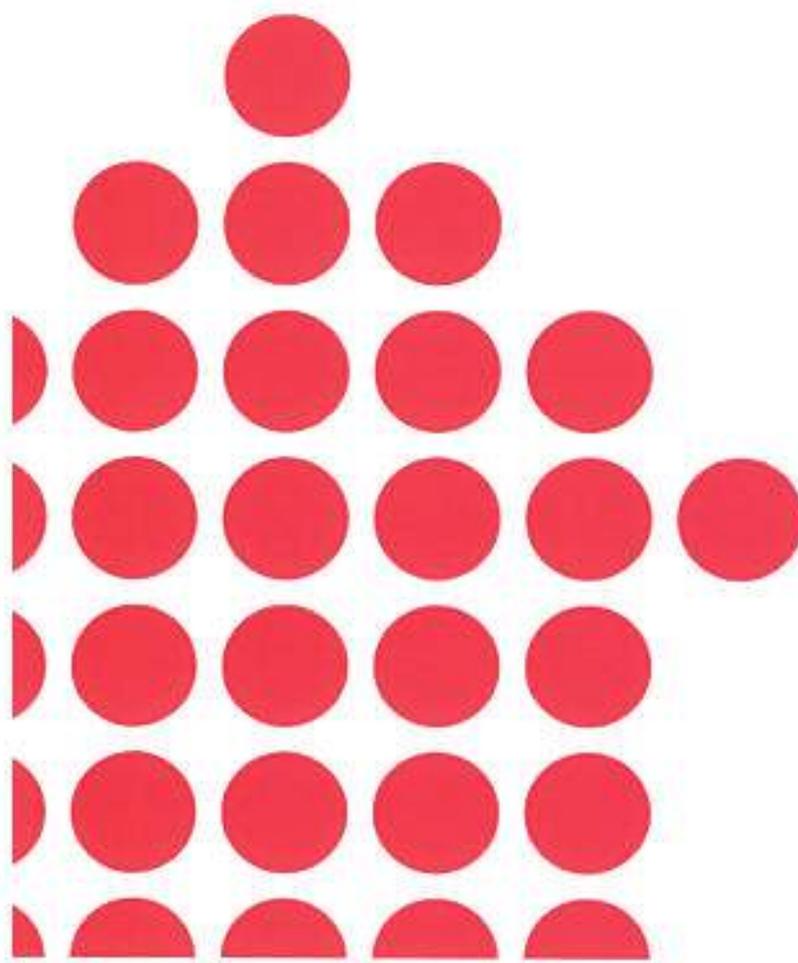


A
D



Relatório e Contas

2015



Payshop Portugal, S.A.
Av. D. João II nº 13, 1999-001 LISBOA
CRC Lisboa/NIF 505 231 212 - Capital Social 1 500 000 €
payshop.pt

Índice

1	Relatório do Conselho de Administração.....	4
1.1	Introdução.....	4
1.2	Governo da Sociedade.....	5
1.2.1	Modelo de Governo e Órgãos Sociais.....	5
1.2.2	Remunerações dos membros dos Órgãos Sociais.....	6
1.3	Clientes e Serviços.....	7
1.4	Rede Payshop.....	7
1.5	Marketing e Comunicação.....	7
1.6	Desenvolvimento e Operações.....	8
1.7	Recursos Humanos.....	8
1.8	Resultados, Investimento e Financiamento.....	9
1.9	Perspetiva para o próximo exercício.....	9
1.10	Aplicação de resultados.....	10
2	Demonstrações Financeiras.....	11
3	Anexo às Demonstrações Financeiras.....	15
3.1	Nota Introdutória.....	15
3.2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	15
3.3	Principais políticas contabilísticas.....	16
3.3.1	Ativos fixos tangíveis.....	16
3.3.2	Concentração de atividades empresariais e <i>goodwill</i>	17
3.3.3	Ativos intangíveis.....	18
3.3.4	Participações financeiras.....	18
3.3.5	Transações e saldos em moeda estrangeira.....	19
3.3.6	Imparidade de ativos tangíveis e intangíveis, exceto <i>goodwill</i>	19
3.3.7	Instrumentos financeiros.....	20
3.3.8	Resultados por ação.....	22
3.3.9	Distribuição de dividendos.....	22
3.3.10	Provisões e passivos contingentes.....	22
3.3.11	Locações.....	23
3.3.12	Rédito.....	24
3.3.13	Impostos.....	24

3.3.14	Regime do acréscimo.....	25
3.3.15	Julgamentos e estimativas.....	25
3.3.16	Matérias ambientais.....	26
3.3.17	Acontecimentos subsequentes.....	27
3.4	Fluxos de Caixa.....	27
3.5	Partes Relacionadas.....	28
3.6	Ativos Fixos Tangíveis.....	30
3.7	Goodwill.....	31
3.8	Ativos Intangíveis.....	31
3.9	Participações Financeiras – Método da Equivalência patrimonial.....	32
3.10	Gestão de Riscos Financeiros.....	32
3.11	Clientes e Outras Contas a Receber.....	34
3.12	Diferimentos.....	36
3.13	Perdas por Imparidade Acumuladas.....	36
3.14	Capital e Prémios de Emissão.....	37
3.15	Reservas e outras Rubricas de Capital Próprio.....	37
3.16	Dividendos.....	38
3.17	Resultados por Ação.....	38
3.18	Provisões, Garantias Prestadas, Passivos Contingentes e Compromissos.....	39
3.19	Loações Operacionais.....	40
3.20	Fornecedores e Outras Contas a Pagar.....	40
3.21	Estado e Outros Entes Públicos.....	41
3.22	Vendas e Serviços Prestados.....	42
3.23	Outros Rendimentos e Ganhos.....	42
3.24	Fornecimentos e Serviços Externos.....	42
3.25	Gastos com Pessoal.....	43
3.26	Depreciações/ Amortizações e Imparidade de Investimentos.....	44
3.27	Outros Gastos e Perdas.....	44
3.28	Juros Gastos Similares Suportados.....	44
3.29	Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio.....	45
3.30	Imposto sobre o Rendimento.....	45
3.31	Informação sobre Matérias Ambientais.....	46
3.32	Acontecimentos Subsequentes.....	47



1 Relatório do Conselho de Administração

1.1 Introdução

Em 2015, a PayShop (Portugal), S.A. permaneceu não alheia ao contexto económico Português, que se manteve ainda particularmente desafiante para as famílias e empresas.

Como seria de esperar, este efeito fez-se sentir no rendimento derivado da prestação de serviços de pagamento, que diminuiu cerca de 8% relativamente ao ano de 2014. Apesar de ter uma estrutura de custos predominantemente variável, a instituição manteve o esforço de racionalização de gastos, o que lhe permitiu manter as margens de rentabilidade e concluir o exercício com um resultado líquido positivo de 5.890.097,00 Euros.

A tendência de decréscimo verificada no número de carregamentos de telemóvel nacionais manteve-se em 2015, fruto das mudanças estruturais em curso no mercado de subscrição móvel. Não obstante, este continua a ser um dos serviços de pagamento com maior expressão na instituição.

O desempenho do restante portefólio de serviços foi globalmente positivo, sendo de destacar o crescimento dos serviços de cobrança de faturas e de portagens. Adicionalmente, é de relevar ao início do serviço de pagamento de impostos na rede Payshop no último trimestre.

O clima económico no pequeno retalho fez-se igualmente sentir ao nível do desenvolvimento da rede de agentes. Apesar de subjacentes contrariedades, a instituição encerrou o ano com um número muito próximo de 4.000 pontos de pagamento.

Não fechamos esta introdução sem manifestar os nossos agradecimentos a todos os nossos *stakeholders*, em particular aos nossos clientes, aos colaboradores e, especialmente, aos nossos lojistas que têm sido um parceiro importante no sucesso deste meio de pagamento em Portugal.

A PayShop está integrada no Grupo CTT, capitalizando-se na força e oferta do grupo para melhor servir os seus lojistas.

De seguida passaremos a analisar as diversas linhas da atividade da empresa, procurando fornecer a todos os utentes da informação contida neste relatório, elementos claros para o conhecimento da atividade desenvolvida no exercício de 2015.

1.2 Governo da Sociedade

1.2.1 Modelo de Governo e Órgãos Sociais

Mesa da Assembleia Geral

- Presidente: Dr. Miguel Pupo Correia
- Secretário: Dr. Apollo Jorge Hung das Dores Miguéis Picado

Conselho de Administração

- Presidente: Dr. André Manuel Pereira Gorjão de Andrade Costa
- Vogal: Dra. Sílvia Maria Correia

Fiscal Único

- ROC Efetivo: Dr. Pedro Manuel Aleixo Dias, em representação da BDO & Associados – SROC, Lda.
- ROC Suplente: Dr. Emanuel Mota Gonçalves Pereira

O Conselho de Administração é composto por dois elementos, o Presidente e um Vogal. Não existem comissões especializadas, porque a dimensão e complexidade da empresa não o justificam.

Os mandatos são por três anos e o atual vigora de 2013 até 2015. Todos os membros do Conselho de Administração são executivos.

O modelo adotado garante a efetiva segregação de funções de administração e de fiscalização.

Identidade, elementos curriculares e funções de cada membro do Conselho de Administração

André Manuel Pereira Gorjão de Andrade Costa | Presidente
Administrador / CFO dos CTT – Correios de Portugal, S.A.

Licenciado em Economia com especialização em Economia da Empresa pela Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, tendo diversos cursos relacionados com Banca de Investimentos, Estratégia, Liderança e Gestão de Equipas.

Iniciou a sua carreira profissional em 1996 na área de Fusões e Aquisições e Financiamentos Estruturados (Corporate Finance) no Banco Santander de Negócios Portugal tendo participado nas aquisições da Cimpor (Serrana e Cisafrá) e Sonae (Cândia) no Brasil, assim como liderou a aquisição da Finca Flichman pela Sogrape na Argentina. Foi também responsável pela montagem do Management Buy Out realizado na Mailtec.

A partir de 2000 integra o Banco Santander Totta onde desempenhou os cargos de Diretor Comercial de Corporate Banking, responsável pelos maiores clientes corporativos. Passou mais tarde Diretor Executivo de Corporate Banking Portugal, sendo responsável pela implementação em Portugal do Modelo de Relação Global do Banco Santander. Neste período, apoiou alguns dos principais clientes do Banco em transações relevantes como foi o caso da aquisição do restante capital da Modelo Continente pela Sonae à Carrefour ou a compra de uma participação de 33,34% na Galp Energia por parte do Grupo Américo Amorim.

Desde 2007 e até ingressar nos CTT, era o Diretor Coordenador de Dívida Estruturada, Mercados de Dívida e Financiamento de Ativos do Santander em Portugal. Nesta função, coordenou a participação do Banco Santander como Mandated Lead Arranger no financiamento em project finance de alguns dos principais projetos realizados em Portugal (Parque Solar de Moura, ENEOP, Generg, etc.), assim como Bookrunner nas emissões de Eurobonds da REN, EDP, PT, entre vários.

De 1998 até 2002 foi professor assistente convidado de Estratégia Competitiva na Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa.

Sílvia Maria Correia | Administradora

Licenciada em Economia pelo Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) em 1995, tendo posteriormente concluído dois programas de formação de executivos, designadamente o Programa Avançado em Marketing pela Universidade Católica em 2000 e o Curso Geral em Gestão, em 2012, pela Universidade Nova de Lisboa.

Iniciou a sua carreira profissional em 1996 como Técnica Superior no Observatório do Emprego e Formação Profissional, do Ministério da Qualificação e Emprego, integrando ainda no mesmo ano os CTT Correios de Portugal, para desempenhar funções de gestão de produto na área financeira do Grupo. Tem assumido desde esse momento e para o referido setor de atividade, funções de crescente responsabilidade, nas quais se destacam o cargo de direção comercial desempenhado entre 2004 e 2007 e a posição de Key Account Manager de 2006 a 2012. Na atualidade, ocupa funções de Administração no Banco CTT, posição que acumula com o cargo de vogal do Conselho de Administração da PayShop (Portugal).

Funções dos membros do Conselho de Administração em outras empresas:

André Manuel Pereira Gorjão de Andrade Costa: Administrador - CFO dos CTT - Correios de Portugal, S.A.;

Sílvia Maria Correia: Administradora do Banco CTT

1.2.2 Remunerações dos membros dos Órgãos Sociais

Conselho de Administração

André Manuel Pereira Gorjão de Andrade Costa: não remunerado. Exerce o cargo por inerência.

Sílvia Maria Correia: não remunerado

Fiscal Único

- Remuneração auferida: 9.900 Euros;
- Outros serviços: 2.000 Euros;

1.3 Clientes e Serviços

A instituição encerrou o ano com 650 tipos de transação abertos em sistema e como tal passíveis de pagamento na sua rede de agentes. É de destacar a introdução do serviço de pagamento de impostos, em setembro de 2015, designadamente de cobrança Documentos Únicos de Cobrança (DUC). Este serviço possibilita que os consumidores possam, de forma conveniente e segura, pagar diversos impostos, taxas e outros, como por exemplo, o Imposto Único de Circulação (IUC), o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), liquidações de IVA e IRS, etc.

1.4 Rede Payshop

A rede em 2015 teve como objetivos manter os cerca de 4.000 pontos de pagamento e apostar na melhoria qualitativa dos mesmos.

No seguimento do contexto macroeconómico nacional, cujo efeito na rede, se fez fundamentalmente sentir ao nível do encerramento e incumprimento financeiro de vários dos estabelecimentos parceiros, houve a necessidade de terminar o contrato com alguns dos prestadores.

A angariação de novos estabelecimentos, que reúnam simultaneamente interesse comercial e comprovada capacidade creditícia, tem-se revelado progressivamente mais complexo.

Tradicionalmente, e de uma forma geral, o serviço Payshop encontra-se disponível em lojas de elevada conveniência para os consumidores, tanto pela localização, como pelos horários de abertura alargados praticados.

À imagem do que ocorreu em anos anteriores, a empresa continuará a apostar na captação de novos agentes, na fidelização dos atuais e no aumento contínuo da visibilidade e notoriedade associadas à sua rede de pontos de pagamento.

1.5 Marketing e Comunicação

O ano de 2015 foi sobretudo marcado por ações de comunicação dirigidas à rede de agentes Payshop; através da newsletter periódica *payshop news*, que tem como objetivo informar os agentes sobre novos clientes, novos serviços, campanhas, entre outras informações operacionais. E através do programa de fidelização para agentes, designado de *Clube p*.

Como ação especialmente direcionada aos utilizadores do serviço Payshop manteve-se a presença em diversos festivais de música (em integração com a presença CTT), disponibilizando o serviço de carregamento de telemóveis e oferecendo alguns brindes no recinto durante os dias dos festivais, com o objetivo de reforçar a notoriedade da marca e potenciar a experimentação do serviço, em especial pelo público jovem.



1.6 Desenvolvimento e Operações

A PayShop lançou em 2015 dois novos serviços que espera que venham a tornar-se muito relevantes para os seus utilizadores e agentes: a cobrança de impostos e a bilhética de transportes de Braga.

Desde Setembro que é possível pagar na PayShop Documentos Únicos de Cobrança (DUC) até ao montante máximo de €200. Desta forma os consumidores dispõem de uma forma conveniente e segura de pagar diversos impostos, taxas e outros, como por exemplo, o Imposto Único de Circulação (IUC), o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), liquidações de IVA e IRS, etc. Os utilizadores simplesmente indicam ao agente a referência de 15 dígitos e o montante e realizam o pagamento em dinheiro.

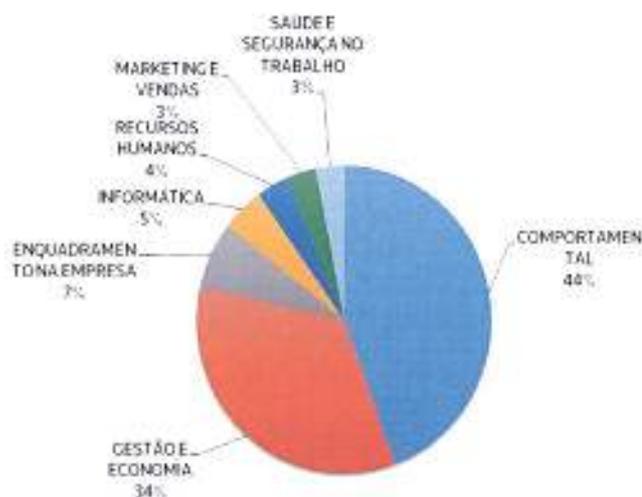
No final do ano a PayShop disponibilizou um novo serviço de bilhética eletrónica de transportes para os Transportes Urbanos de Braga (TUB). Assim, Braga junta-se às cidades de Lisboa, Porto e Funchal onde a PayShop permite o carregamento eletrónico de passes e bilhetes dos transportes públicos.

Por outro lado, durante todo o ano de 2015, a PayShop continuou a disponibilizar uma plataforma técnica simples, fiável e segura à sua rede de agentes, utilizadores e clientes.

1.7 Recursos Humanos

A performance da instituição baseia-se no trabalho desenvolvido por uma equipa jovem e dinâmica, constituída por elementos focados na melhoria constante da qualidade do trabalho desenvolvido, através de elevados níveis de empenho, iniciativa e dedicação; de modo a alcançar os objetivos estabelecidos pela organização.

Ao longo do ano 2015 foram criadas condições para o desenvolvimento profissional e pessoal dos recursos humanos da instituição, através de formações *on the job* e externas, tendo-se contabilizado um total de 544 horas de formação, incidindo sobre as seguintes áreas temáticas.





1.8 Resultados, Investimento e Financiamento

A Payshop encerrou o exercício de 2015 com um rendimento de exploração de 14,3 milhões de Euros, menos 8% do que no exercício económico anterior, com uma rentabilidade avaliada através da margem de EBITDA de 56% e com um resultado líquido de 5,9 milhões de Euros.

O rendimento operacional resultante do processamento de operações de pagamento reduziu-se aproximadamente 1,2 milhões de Euros face ao ano de 2014.

No exercício em análise, a empresa gerou um *cash-flow* operacional elevado, tendo encerrado 31 de dezembro com significativas disponibilidades e uma sólida situação financeira. À semelhança dos anos anteriores, os resultados revertem na totalidade para o acionista único da empresa, os CTT Correios de Portugal, sob a forma de dividendos distribuídos.

1.9 Perspetiva para o Próximo Exercício

Para 2016 e apesar de se esperar que o consumo privado possa continuar a crescer face ao ano anterior, prevê-se que as empresas clientes continuem a procurar diminuir ativamente as despesas com os canais de pagamento, utilizados na cobrança dos serviços prestados e/ou bens transacionados, nos quais se inclui a Payshop. Não obstante este enquadramento, o desafio colocado à gestão é que o próximo ano seja de crescimento.

O crescimento continuará a assentar em três eixos principais: o aumento do número de utilizadores, a melhoria da qualidade da rede e o lançamento de novos serviços.

No primeiro eixo, realizaremos ações direcionadas ao consumidor que visem aumentar, à semelhança do que regularmente procuramos fazer, o número de portugueses que usam a Payshop, designadamente através do lançamento de novas iniciativas de marketing.

A nível da rede da Payshop, o facto de o crédito malparado das famílias e das empresas ter atingido um novo recorde no segundo semestre de 2015, recomenda que procuremos, uma vez mais, minimizar os riscos de cobrança e garantir a qualidade de crédito da rede em detrimento do seu crescimento. Por conseguinte, serão mantidos esforços acrescidos na angariação de parceiros com elevada capacidade creditícia.

Procuraremos também lançar novos serviços e conquistar clientes de forma permanente, como eixo de crescimento indispensável à inovação e sustentabilidade económica da instituição.

Os elevados níveis de disponibilidade e qualidade de serviço a que habituámos os nossos lojistas, clientes e utilizadores irão continuar a merecer a habitual extrema atenção, convictos como estamos do enorme papel que têm na sustentabilidade económica da empresa e nos reconhecidamente altos níveis de eficiência alcançados.

Acreditamos que iremos continuar a apresentar níveis de rentabilidade interessantes em 2016 e a garantir o empenho e estabilidade dos nossos colaboradores para atingir os objetivos traçados pelo

acionista.

1.10 Proposta de Aplicação de Resultados

Nos termos dos estatutos da sociedade Payshop (Portugal), S.A. ("Payshop" ou "Sociedade"), os lucros líquidos anuais, devidamente aprovados, terão a seguinte aplicação:

- Um mínimo de 5% para constituição de reserva legal, até atingir o montante exigível;
- Uma percentagem a distribuir pelos acionistas, a título de dividendo a definir em Assembleia Geral;
- O restante para os fins que a Assembleia Geral delibere de interesse para a Sociedade.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Sociedade apurou um resultado líquido no montante global de 5.890.097,00 Euros

Devido às regras contabilísticas em vigor, já se encontra refletido naquele resultado líquido um montante de 25.842,00 Euros relativo à atribuição de gratificações, a título de participação nos lucros, a colaboradores da Sociedade, que agora se propõe.

Neste enquadramento e considerando que, com referência a 31 de dezembro de 2015, verifica-se que a reserva legal se encontra integralmente constituída e os resultados transitados da Sociedade são positivos, o Conselho de Administração propõe que:

- O resultado líquido do exercício de 2015, no montante global de 5.890.097,00 Euros tenha a seguinte aplicação:

Dividendos 5.890.097,00 Euros

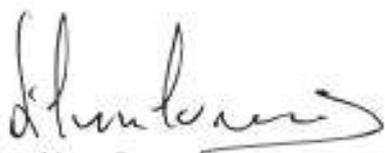
- Seja atribuído o montante máximo de 25.842,00 Euros (já pressuposto nas demonstrações financeiras individuais) a colaboradores e administradores, a título de gratificações de balanço.

Lisboa, 03 de março de 2016

O Conselho de Administração



André Manuel Pereira Corção de Andrade Costa



Sílvia Maria Correia

2 Demonstrações Financeiras

PAYSHOP (PORTUGAL), S.A.

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

Unidade Monetária: Euro

	NOTAS	31.12.2015	31.12.2014
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	542.944	692.985
Goodwill	7	-	-
Ativos intangíveis	8	-	-
Total do ativo não corrente		542.944	692.985
Ativo corrente			
Cientes	11	1.405.384	1.484.222
Outras contas a receber	11	37.496	14.567
Diferimentos	12	22.782	22.382
Caixa e equivalentes de caixa	4	8.211.641	7.181.642
Total do ativo corrente		9.677.303	8.702.813
Total do ativo		10.220.247	9.395.798
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	14	1.500.000	1.500.000
Reservas legais	15	300.000	300.000
Resultados transitados	15	15.608	-
Outras variações no capital próprio		765	765
Resultado líquido do período		5.890.097	5.566.929
Total do capital próprio		7.706.470	7.367.694
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	18	362.906	388.902
Total do passivo não corrente		362.906	388.902
Passivo corrente			
Fornecedores	20	294.246	309.637
Estado e outros entes públicos	21	349.373	360.616
Acionistas/ sócios e empresas do Grupo	5	199.578	50.513
Outras contas a pagar	20	1.307.674	918.435
Total do passivo corrente		2.150.871	1.639.202
Total do passivo		2.513.777	2.028.104
Total do capital próprio e do passivo		10.220.247	9.395.798

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

O CONTABILISTA CERTIFICADO



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



PAYSHOP (PORTUGAL), S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

		Unidade Monetária: Euro	
	NOTAS	31.12.2015	31.12.2014
Vendas e serviços prestados	22	14.301.198	15.544.280
Ganhos / perdas imputados de subsidiárias e associadas		25.997	(1.932)
Fornecimentos e serviços externos	24	(5.252.700)	(6.631.673)
Gastos com o pessoal	25	(893.607)	(838.646)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	11 e 13	(138.063)	(136.849)
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	11	-	(9.854)
Outros rendimentos e ganhos	23	346.132	371.957
Outros gastos e perdas	27	(200.392)	(360.853)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		8.188.566	7.936.429
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	26	(271.976)	(287.006)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		7.916.590	7.649.423
Juros e gastos similares incorridos	28	(173)	(1.395)
Resultados antes de impostos		7.916.417	7.648.028
Imposto sobre o rendimento	30	(2.026.320)	(2.081.099)
Resultado líquido do período		5.890.097	5.566.929
Resultado por ação	17	19,63	18,56

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



PAYSHOP (PORTUGAL), S.A.

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

Unidade Monetária: Euro

Notas	Capital realizado	Reservas legais	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do Capital Próprio
Saldo em 1 de Janeiro de 2014	1.500.000	300.000	-	765	5.671.966	7.472.731
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO					5.566.929	5.566.929
RESULTADO INTEGRAL					5.566.929	5.566.929
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO						
Aplicação do resultado líquido do período de 2013	-	-	-	-	(5.671.966)	(5.671.966)
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(5.671.966)	(5.671.966)
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	1.500.000	300.000	-	765	5.566.929	7.367.694
Saldo em 1 de Janeiro de 2015	1.500.000	300.000	-	765	5.566.929	7.367.694
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO					5.890.097	5.890.097
RESULTADO INTEGRAL					5.890.097	5.890.097
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO						
Aplicação do resultado líquido do período de 2014	-	-	5.566.929	-	(5.566.929)	-
Transferência para reservas e resultados transitados	-	-	(5.525.479)	-	-	(5.525.479)
Distribuição de dividendos	-	-	(75.842)	-	-	(75.842)
Outras operações	-	-	15.808	-	(5.566.929)	(5.525.479)
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	1.500.000	300.000	15.608	765	5.890.097	7.732.312

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



PAYSHOP (PORTUGAL), S.A.

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA DOS PERÍODOS FINDOS 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

UNIDADE MONETÁRIA: Euro

NOTAS	31.12.2015	31.12.2014
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Recebimentos de clientes	17.831.250	19.527.415
Pagamentos a fornecedores	(6.477.113)	(8.476.015)
Pagamentos ao pessoal	(846.246)	(824.715)
	10.507.891	10.226.685
Caixa gerada pelas operações		
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	(1.882.765)	(2.499.925)
Pagamento de outros impostos	(1.964.828)	(1.868.213)
Outros recebimentos/pagamentos	(54.013)	(90.213)
	6.606.284	5.768.334
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Recebimentos provenientes de:		
Juros e rendimentos similares	42.797	119.952
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	(193.603)	(396.000)
	(50.806)	(276.048)
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Pagamentos respeitantes a:		
Juros e gastos similares	-	(1.395)
Dividendos	15.525.479	15.671.966
	(5.525.479)	(5.673.360)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	1.029.999	(181.075)
Caixa e seus equivalentes no início do período	7.181.642	7.362.717
Caixa e seus equivalentes no fim do período	8.211.641	7.181.642

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O CONTABILISTA CERTIFICADO



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO




3 Anexo às Demonstrações Financeiras

EMPRESA PAYSHOP (PORTUGAL), S.A.

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

(Montantes expressos em Euros)

3.1 Nota Introdutória

A Payshop (Portugal), S.A. ("Payshop" ou "Empresa"), com sede na Av. D. João II, nº 13 em Lisboa, é uma sociedade anónima, tendo sido constituída sob a forma de sociedade por quotas em 29 de novembro de 2000, com um capital de 5.000 Euros e tem como atividade principal a prestação de todos os serviços de pagamentos permitidos por lei às Instituições de Pagamento.

Em abril de 2001 verificou-se um aumento do capital social para 500.000 Euros e a transformação da Empresa em sociedade anónima.

Em abril de 2002, o capital social foi de novo aumentado para 3.750.000 Euros, tendo-se verificado a entrada de três novos acionistas. Em Março de 2004 ocorreu a venda de 99,38% das ações representativas do capital social da Empresa aos CTT - Correios de Portugal, S. A. - Sociedade Aberta, com sede na Avenida D. João II, nº 13, 1999-001 em Lisboa, e durante o mês de Junho ocorreu a venda dos restantes 0,62% à mesma entidade, a qual passou a ser o seu acionista único.

Em Maio de 2007 a Empresa procedeu a uma redução do capital social de 3.750.000 Euros para 1.500.000 Euros, ficando o mesmo representado por 300.000 ações com o valor nominal unitário de 5 Euros.

Nos termos do art.º 7º do Decreto-Lei nº 158/2009, a Empresa está dispensada de elaborar demonstrações financeiras consolidadas dado que os CTT - Correios de Portugal, S.A., elaboram contas consolidadas e são titulares da totalidade das partes de capital da Empresa.

Em conformidade, as presentes demonstrações financeiras da Empresa são as suas demonstrações financeiras individuais.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros, dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que a Empresa opera.

3.2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações da Empresa, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística ("SNC"), regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho (Sistema de Normalização Contabilística), com as retificações da Declaração de Retificação nº67-B/2009, de 11 de Setembro, e com as alterações introduzidas pela Lei nº 20/2010, de 23 de Agosto;
- Portaria nº 986/2009, de 7 de Setembro (Modelos de Demonstrações Financeiras);
- Aviso nº 15652/2009, de 7 de Setembro (Estrutura Conceptual);

- Aviso nº 15655/2009, de 7 de Setembro (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro);
- Aviso nº 15654/2009, de 7 de Setembro (Normas Interpretativas);
- Portaria nº 1011/2009, de 9 de Setembro (Código de Contas).

Em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação foram utilizadas as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro ("NCRF") que integram o SNC. As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando os modelos das demonstrações financeiras previstos no art.º 1º da Portaria nº 986/2009, de 7 de Setembro, designadamente o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo.

O normativo SNC foi utilizado na elaboração das demonstrações financeiras pela primeira vez em 2010, passando a constituir o referencial de base para os períodos subsequentes. Estas normas foram ainda aplicadas ao período iniciado em 1 de Janeiro de 2009 e findo em 31 de dezembro de 2009 de forma a apresentar as demonstrações financeiras reexpressas para efeitos comparativos.

Conforme previsto no Anexo ao Decreto-Lei nº 158/2009, a Empresa aplica supletivamente as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC), adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho e as Normas Internacionais de Contabilidade e de Relato Financeiro ("IAS/IFRS") e as respetivas interpretações ("SIC/IFRIC") do IASB, de forma a colmatar lacunas ou omissões relativas a aspetos de algumas transações ou situações particulares não previstas no SNC.

Nos períodos de 2015 e de 2014 a que respeitam as presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que pudessem ter produzido efeitos materialmente relevantes pondo em causa a imagem verdadeira e apropriada da informação divulgada.

3.3 Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas pela Empresa na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo e foram consistentemente aplicadas.

3.3.1 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis (Nota 6) são inicialmente registados ao custo de aquisição ou de produção. O custo de aquisição inclui: (i) o preço de compra do ativo, (ii) as despesas diretamente imputáveis à compra, e (iii) os custos estimados de desmantelamento, remoção dos ativos e restauração do local.

Após o reconhecimento inicial os ativos fixos tangíveis são mensurados ao custo deduzido de depreciações acumuladas e perdas de imparidade acumuladas, quando aplicável.

As depreciações dos ativos tangíveis, deduzidos do seu valor residual, são calculadas de acordo com o método da linha reta (quotas constantes), a partir do mês em que se encontram disponíveis para utilização, durante a vida útil dos ativos, a qual é determinada em função da utilidade esperada. As taxas de depreciação praticadas correspondem, em média, às seguintes vidas úteis estimadas para as diversas classes de ativos:

	<u>Anos de vida útil</u>
Equipamento básico	4 - 10
Equipamento administrativo	3 - 10
Outros ativos fixos tangíveis	5 - 10

A depreciação cessa quando os ativos passam a ser classificados como detidos para venda.

Em cada data de relato, a Empresa avalia se existe qualquer indicação de que um ativo possa estar em imparidade. Sempre que existam tais indícios, os ativos fixos tangíveis são sujeitos a testes de imparidade, sendo o excesso da quantia escriturada face à quantia recuperável, caso exista, reconhecido em resultados. A quantia recuperável é a mais alta de entre o justo valor de um ativo menos os custos de o vender e o seu valor de uso.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos tangíveis ainda em fase de construção/produção, encontrando-se registados ao custo de aquisição ou produção. Estes ativos são depreciados a partir do mês em que se encontrem em condições de ser utilizados nos fins pretendidos.

Os encargos com manutenção e reparações de natureza corrente são registados como gastos do período em que são incorridos. As grandes reparações que originem acréscimo de benefícios ou de vida útil esperada são registadas como ativos tangíveis e depreciadas às taxas correspondentes à vida útil esperada. A componente substituída é identificada e abatida.

As mais ou menos valias decorrentes da alienação de ativos fixos tangíveis, determinadas pela diferença entre o valor de venda e a respetiva quantia registada na data da alienação, são contabilizadas em resultados na rubrica "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

3.3.2 Concentração de atividades empresariais e goodwill

A aquisição de empresas subsidiárias, entidades conjuntamente controladas e associadas é contabilizada pela aplicação do método da compra. Na data em que a aquisição ocorre, esta é registada pelo seu custo, sendo este constituído pelo agregado (i) dos justos valores, à data da aquisição, dos ativos e passivos identificáveis da adquirida, e (ii) de quaisquer custos diretamente atribuíveis à concentração em causa.

O excesso do custo de aquisição face ao justo valor de ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida constitui o goodwill (Nota 7), em conformidade com o estabelecido na NCRF 14 – Concentração de Atividades Empresariais. Decorrente da exceção prevista no NCRF 3 – Adoção pela Primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro, a Empresa aplicou as disposições da NCRF 14 apenas às aquisições ocorridas posteriormente a 1 de Janeiro de 2009. Os valores de goodwill correspondentes a aquisições anteriores a 1 de Janeiro de 2009 foram mantidos, pelas quantias líquidas apresentadas nessa data, sendo sujeitos anualmente a testes de imparidade desde aquela data.

O goodwill não é amortizado. O seu valor recuperável é avaliado anualmente ou sempre que existam indícios de eventual perda de valor. As eventuais perdas de imparidade determinadas são reconhecidas em resultados do período. O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos do

negócio. As perdas por imparidade não são revertíveis.

Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao justo valor dos ativos e passivos adquiridos, a diferença apurada é registada como ganho financeiro na Demonstração dos resultados por naturezas do período em que ocorre a aquisição.

Na alienação de uma empresa subsidiária, controlada conjuntamente ou associada, o correspondente *goodwill* é incluído na determinação da mais ou menos valia.

3.3.3 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis (Nota 8) são inicialmente registados ao custo de aquisição. Após o reconhecimento inicial os ativos intangíveis são mensurados ao custo deduzido das amortizações acumuladas e das perdas de imparidade, quando aplicável. Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

Os ativos intangíveis compreendem essencialmente licenças e outros direitos de uso.

Os ativos intangíveis são amortizados pelo método da linha reta (quotas constantes), a partir do mês em que se encontram disponíveis para utilização, durante a vida útil estimada, que se situa num período que varia entre 3 e 5 anos. Exceção para os ativos respeitantes a propriedade industrial, que são amortizados durante o período de tempo em que tem lugar a sua utilização exclusiva e, para os ativos intangíveis com vida útil indefinida, que não são objeto de amortização, sendo antes sujeitos a testes de imparidade com uma periodicidade anual, ou então sempre que haja uma indicação de que possam estar em imparidade.

As mais ou menos valias resultantes da alienação dos ativos intangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data da alienação, sendo registadas na Demonstração dos resultados por naturezas como "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

3.3.4 Participações financeiras

As participações financeiras nas quais a Empresa tem controlo, geralmente representado por mais de metade dos direitos de voto (empresas subsidiárias), nas que exerce influência significativa, geralmente onde a participação se situa entre os 20% e os 50% dos direitos de voto (empresas associadas) ou nas que controla conjuntamente com outras entidades, são registadas no balanço em "Participações financeiras - método da equivalência patrimonial", pelo método da equivalência patrimonial (Nota 9).

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo e posteriormente ajustadas pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas subsidiárias, conjuntamente controladas ou associadas por contrapartida de "Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos", e por outras variações ocorridas nos seus capitais próprios por contrapartida de "Ajustamentos em ativos financeiros". Adicionalmente, as participações financeiras poderão

igualmente ser ajustadas pelo reconhecimento de perdas por imparidade. Anualmente ou quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, é realizada uma avaliação e as perdas por imparidade que se demonstre existir, são registadas como gastos na Demonstração dos resultados por naturezas.

Os resultados das participadas adquiridas ou vendidas durante o período estão incluídos na demonstração de resultados por naturezas desde a data da sua aquisição e até à data da sua alienação.

Quando as perdas em empresas subsidiárias ou associados excedem o investimento efetuado nessas entidades, o valor contabilístico do investimento financeiro é reduzido a zero e o reconhecimento de perdas futuras é descontinuado, exceto na parcela em que a Empresa incorra numa obrigação legal ou construtiva de assumir essas perdas em nome da subsidiária ou associada, caso em que é registada uma Provisão (Nota 18).

3.3.5 Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da Empresa) são registadas às taxas de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira para os quais não há acordo de fixação de câmbio são convertidos para Euros utilizando-se as taxas de câmbio vigentes na data do balanço.

As diferenças de câmbio, favoráveis ou desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das operações e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data do balanço, são registadas como "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas" na Demonstração de resultados por naturezas do período (Notas 23, 27 e 29).

As diferenças de câmbio positivas relativas a atividades de investimento são relevadas na demonstração dos resultados por naturezas como "Outros rendimentos e ganhos" e as negativas como "Outros gastos e perdas" (Nota 29).

As taxas de câmbio utilizadas na conversão das demonstrações financeiras e dos saldos em moeda estrangeira foram as seguintes (X de moeda estrangeira por 1 Euro):

	2015		2014	
	Fecho	Médio	Fecho	Médio
Metical de Moçambique (MZN)	49,29000	43,53417	38,5300	40,66583
Dólar dos USA (USD)	1,08870	1,10963	1,21410	1,32884

3.3.6 Imparidade de ativos tangíveis e intangíveis, exceto goodwill

A Empresa efetua avaliações de imparidade dos seus ativos fixos tangíveis e intangíveis sempre que ocorre algum evento ou alteração que indique que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado. Em caso da existência de tais indícios, a Empresa procede à determinação do valor recuperável do ativo, de modo a determinar a extensão da perda por imparidade. Quando não é possível determinar a quantia recuperável de um ativo individual, é estimada a quantia recuperável

da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

A quantia recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. O justo valor é o valor que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras. O valor de uso decorre dos fluxos de caixa futuros estimados e descontados do ativo durante a vida útil esperada. A taxa de desconto utilizada na atualização dos fluxos de caixa descontados reflete o valor atual do capital e o risco específico do ativo.

Sempre que a quantia escriturada do ativo ou da unidade geradora de caixa seja superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada na Demonstração dos resultados por naturezas do período a que se refere, na rubrica de "Imparidade de investimentos depreciables/ amortizáveis (perdas/reversões)".

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando há evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida na demonstração de resultados como dedução à rubrica "Imparidade de investimentos depreciables/ amortizáveis (perdas/reversões)". Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações ou amortizações) caso a perda por imparidade não tivesse sido registada em anos anteriores, e é reconhecida como um rendimento na demonstração de resultados.

3.3.7 Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro numa entidade e a um passivo financeiro ou instrumento de capital próprio noutra entidade.

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais. Um ativo financeiro é qualquer ativo que seja dinheiro ou um direito contratual de receber dinheiro. Um passivo financeiro é qualquer passivo que se consubstancie numa obrigação contratual de entregar dinheiro.

Os ativos financeiros da Empresa são basicamente os Clientes e outras contas a receber e, Caixa e equivalentes de caixa. Os passivos financeiros são fundamentalmente os Financiamentos obtidos e os Fornecedores e outras contas a pagar. Os ativos e passivos financeiros encontram-se mensurados na data do relato financeiro ao custo ou ao custo amortizado subtraído da perda por imparidade, sendo o custo amortizado determinado através do método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro.

Por instrumento de capital próprio entende-se um qualquer contrato que evidencie um interesse nos ativos da Empresa após a subtração de todos os passivos. Os instrumentos de capital próprio são basicamente as ações da empresa e prestações suplementares e acessórias, sempre que cumpram o conceito de instrumento de capital próprio.

Clientes e outras contas a receber

Os saldos de clientes e de outros devedores constituem as contas a receber por serviços prestados pela Empresa no decurso normal da sua atividade (Nota 11). Se é expectável que a sua cobrança ocorra

dentro de um ano ou menos, são classificadas como ativo corrente. Caso contrário são classificadas como ativo não corrente.

As contas a receber classificadas como ativo corrente não têm implícito juro e são apresentadas pelo respetivo valor nominal, deduzidas de perdas de realização estimadas (perdas por imparidade), calculadas essencialmente com base na antiguidade das contas a receber. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

As contas a receber classificadas como ativo não corrente são mensuradas pelo respetivo custo amortizado, determinado de acordo com o método da taxa de juro efetiva. Quando existe evidência de que as mesmas se encontram em imparidade, procede-se ao registo da correspondente perda em resultados.

O seu desreconhecimento só ocorre quando expiram os direitos contratuais.

Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos nas rubricas de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor. Se o seu vencimento for inferior a 12 meses, são reconhecidos no ativo corrente; caso contrário, e ainda quando existam limitações à sua disponibilidade ou movimentação, são reconhecidos no ativo não corrente.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de "Caixa e seus equivalentes" é deduzida dos descobertos bancários incluídos no balanço na rubrica de "Financiamentos obtidos" (Nota 4).

Fornecedores e outras contas a pagar

Os saldos de fornecedores e outros credores (Nota 20) são responsabilidades respeitantes à aquisição de mercadorias ou serviços pela Empresa no decurso normal das suas atividades. Se o pagamento for devido dentro de um ano ou menos são classificadas como passivo corrente. Caso contrário, são classificadas como passivo não corrente.

As contas a pagar classificadas como passivo corrente são registadas pelo seu valor nominal.

As contas a pagar classificadas como passivo não corrente, para as quais não exista uma obrigação contratual pelo pagamento de juros, são mensuradas pelo respetivo custo amortizado, determinado de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

O seu desreconhecimento só ocorre quando cessam as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Instrumentos de capital próprio

Um instrumento de capital próprio (Nota 14) só é reconhecido quando é emitido e subscrito. Se um instrumento de capital próprio for emitido, subscrito e se os recursos não forem proporcionados, a quantia a receber é relevada como dedução ao capital próprio.

Caso a empresa adquira ou readquira os seus próprios instrumentos de capital próprio, estes instrumentos são reconhecidos como dedução ao capital próprio.



Os custos com a emissão de novas ações são reconhecidos diretamente em capital como dedução ao valor do encaixe.

Os custos com uma emissão de capital próprio que não se concluiu são reconhecidos como gasto.

3.3.8 Resultados por ação

Os resultados por ação (Nota 17) são calculados dividindo o lucro atribuível aos acionistas pelo número ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período.

3.3.9 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos, quando aprovados em Assembleia Geral da Empresa e enquanto não pagos ao acionista, é reconhecida como um passivo (Nota 16).

3.3.10 Provisões e passivos contingentes

São reconhecidas provisões (Nota 18) quando, cumulativamente: (i) a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) exista uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

O montante das provisões corresponde ao valor presente da obrigação, sendo a atualização financeira registada como custo financeiro na rubrica de "Juros e gastos similares suportados" (Nota 28).

As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Provisão para participações financeiras

Quando as perdas em empresas subsidiárias ou associadas excedem o investimento efetuado nessas entidades, o valor contabilístico do investimento financeiro é reduzido a zero e o reconhecimento de perdas futuras é descontinuado, exceto na parcela em que a Empresa incorra numa obrigação legal ou construtiva de assumir essas perdas em nome da subsidiária ou associada, caso em que é registada uma Provisão para participações

Provisão para desmantelamento

São constituídas provisões para os custos de desmantelamento, remoção do ativo e restauração do local de certos ativos, quando esses ativos começam a ser utilizados e seja possível estimar a respetiva obrigação com fiabilidade, ou quando existe o compromisso contratual de reposição de espaços alugados por terceiros. Quando o efeito do valor temporal do dinheiro for material, os passivos ambientais que não sejam liquidados num futuro próximo são mensurados pelo seu valor presente.





Provisão para processos judiciais em curso

É registada uma provisão para processos judiciais em curso quando exista uma estimativa fiável de custos a incorrer decorrentes de ações interpostas por terceiros, com base na avaliação da efetivação da probabilidade de pagar tendo por base o parecer dos advogados da Empresa.

Provisões para contratos onerosos

A Empresa reconhece uma provisão para contratos onerosos sempre que os custos não evitáveis de satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios económicos que se espera sejam recebidos ao abrigo do mesmo.

Ativos e Passivos Contingentes

Quando alguma das condições para o reconhecimento de provisões não é preenchida, a Empresa procede à divulgação dos eventos como passivo contingente (Nota 18). Os passivos contingentes são: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo, ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que uma saída de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessária para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não possa ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de uma saída de recursos.

Os ativos e passivos contingentes são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas demonstrações financeiras.

Se se tornar provável que um exfluxo de benefícios económicos futuros será exigido para um item previamente tratado como um passivo contingente, é reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras do período em que a alteração da probabilidade ocorra.

Se se tornar virtualmente certo que ocorrerá um influxo de benefícios económicos, o ativo e o rendimento relacionado são reconhecidos nas demonstrações financeiras do período em que a alteração ocorra.

A empresa não reconhece ativos e passivos contingentes.

3.3.11 Locações

A classificação das locações como financeiras ou operacionais é efetuada em função da substância e não da forma do contrato. As locações são classificadas como financeiras sempre que nos seus termos ocorra a transferência substancial, para o locatário, de todos os riscos e vantagens associados à propriedade do bem. As restantes locações são classificadas como operacionais (Nota 19).

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades para com o locador, são registados no balanço no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. A taxa de desconto a utilizar deverá ser a taxa implícita na locação. Caso esta não seja conhecida deverá ser utilizada a taxa de financiamento da Empresa para aquele tipo de investimentos. A política de depreciação destes ativos segue as regras aplicáveis aos ativos tangíveis propriedade



da Empresa. Os juros incluídos no valor das rendas e as amortizações do ativo fixo tangível são reconhecidos na Demonstração dos resultados por naturezas do período a que respeitam. Nas locações operacionais as rendas devidas são reconhecidas como gasto na Demonstração dos resultados por naturezas, durante o período da locação (Nota 24).

3.3.12 Rédito

O rédito relativo a vendas e prestações de serviços, decorrentes da atividade ordinária da Empresa, é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber, entendendo-se como tal o que é livremente fixado entre as partes contratantes numa base de independência, sendo que, relativamente às vendas e prestações de serviços, o justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui o Imposto sobre o Valor Acrescentado (Nota 22).

O reconhecimento de um rédito exige que (i) seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a Empresa, (ii) o montante do rédito possa ser fiavelmente mensurado, (iii) os custos incorridos ou a incorrer com a transação também possam ser mensurados com fiabilidade.

3.3.13 Impostos

Imposto sobre o rendimento ("IRC")

A Empresa encontra-se abrangida pelo Regime especial de tributação dos grupos de sociedades que engloba todas as empresas em que os CTT participam, direta ou indiretamente, em pelo menos 90% do respetivo capital social e que simultaneamente sejam residentes em Portugal e tributadas em sede IRC, pelo que a estimativa de imposto sobre o rendimento e as retenções efetuadas por terceiros são registadas no balanço como contas a pagar e a receber dos CTT.

O imposto sobre o rendimento (Nota 30) corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio. Nestes casos os impostos correntes e os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é baseado no lucro tributável do período calculado de acordo com as leis fiscais vigentes à data do balanço. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis noutros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis. Porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou quando existam impostos diferidos passivos cuja reversão seja expectável no mesmo período em que os impostos diferidos ativos possam ser utilizados. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com

base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que esteja formal ou substancialmente emitida na data de relato.

As declarações de rendimentos para efeitos fiscais são passíveis de revisão e correção pela Administração Tributária durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social).

Imposto sobre o valor acrescentado ("IVA")

Para efeito de IVA a Empresa encontra-se enquadrada no regime normal de periodicidade mensal de acordo com o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 41 do Código do IVA.

3.3.14 Regime do acréscimo

Os rendimentos e os gastos são registados de acordo com o regime do acréscimo, pelo que são reconhecidos à medida que são gerados ou incorridos, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos, respetivamente.

Os rendimentos e os gastos reconhecidos na demonstração de resultados por naturezas que ainda não tenham sido faturados ou cuja fatura de aquisição ainda não tenha sido rececionada são registados por contrapartida de "Devedores por acréscimos de rendimentos" ou de "Credores por acréscimos de gastos" relevados nas rubricas de balanço de "Outras contas a receber" e "Outras contas a pagar", respetivamente (Notas 11 e 20). Os rendimentos recebidos e os gastos pagos antecipadamente são registados por contrapartida das rubricas de "Diferimentos" do passivo e do ativo, respetivamente (Nota 12).

3.3.15 Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF foram utilizadas julgamentos e estimativas que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte. As estimativas e pressupostos são determinadas com base no melhor conhecimento existente à data de preparação das demonstrações financeiras e na experiência de eventos passados e/ou correntes considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das situações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras ocorrem nas seguintes áreas:

(i) Ativos fixos tangíveis e intangíveis/ estimativas de vidas úteis

As depreciações são calculadas sobre o custo de aquisição sendo utilizado o método das quotas constantes, a partir do mês em que o ativo se encontra disponível para utilização. As taxas de

depreciação praticadas refletem o melhor conhecimento sobre a sua vida útil estimada. Os valores residuais dos ativos e as respetivas vidas úteis são revistos e ajustados, quando se afigura necessário.

(ii) Imparidade do goodwill

A Empresa testa o goodwill, pelo menos anualmente, com o objetivo de verificar se o mesmo está em imparidade, de acordo com a política referida na Nota 3.2.. O cálculo dos valores recuperáveis das unidades geradoras de caixa envolve julgamento e reside substancialmente na análise da Gestão baseada na experiência passada, bem como nas expectativas futuras de evolução da respetiva atividade. Na avaliação subjacente aos cálculos efetuados são utilizados pressupostos baseados na informação disponível quer do negócio, quer do enquadramento macro - económico.

(iii) Imparidade de clientes e outras contas a receber

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são baseadas na avaliação que a Empresa faz da probabilidade de recuperação dos saldos de clientes ou de outras contas a receber. Esta avaliação é efetuada em função do tempo de incumprimento, do histórico de crédito do cliente e outros devedores e da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e outros devedores. Caso as condições financeiras dos clientes se deteriore, as perdas de imparidade poderão ser superiores ao esperado.

(iv) Provisões

A Empresa exerce julgamento considerável na mensuração e reconhecimento de provisões. O julgamento é necessário de forma a aferir a probabilidade que um contencioso tem de ser bem-sucedido. As provisões são constituídas quando a Empresa espera que processos em curso irão originar a saída de fluxos, a perda seja provável e possa ser razoavelmente estimada. Devido às incertezas inerentes ao processo de avaliação, as perdas reais poderão ser diferentes das originalmente estimadas na provisão. Estas estimativas estão sujeitas a alterações à medida que nova informação fica disponível. Revisões às estimativas destas perdas podem afetar os resultados futuros.

3.3.16 Matérias ambientais

A Empresa tem a obrigação legal de evitar, reduzir ou reparar danos de carácter ambiental decorrentes das suas atividades, podendo incorrer em dispêndios para assegurar o integral cumprimento das suas obrigações (Nota 31).

Contudo, a atividade da Empresa é de natureza essencialmente não industrial, sendo relativamente reduzida a incorporação de inputs materiais nos seus processos de prestação de serviços, sendo a sua pegada ecológica direta limitada.

Uma análise comparativa empírica permite estimar que o peso dos impactes ambientais da atividade da Empresa é em termos relativos, bastante inferior ao seu contributo para geração de valor no tecido económico e social nacional.

Em termos de política ambiental a Empresa pretende ter cobertos e dominados todos os aspetos da conformidade legal, tendo assumido compromissos em termos da melhoria continuada do desempenho ambiental em que se destaca:

- i. Prevenção da poluição;
- ii. Cumprimento da legislação;
- iii. Comunicação e divulgação a todas as partes interessadas da política ambiental da Empresa;
- iv. Formação e sensibilização dos trabalhadores;
- v. Análise dos impactes ambientais derivados da atividade da Empresa;
- vi. Definição de "standards" ambientais para fornecedores e parceiros.

Este tema encontra-se desenvolvido com profundidade no Relatório de Sustentabilidade de 2015 dos CTT.

3.3.17 Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos ocorridos após a data do balanço mas antes da data de aprovação das demonstrações financeiras pelo órgão de gestão da Empresa e desde que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço, são refletidos nas demonstrações financeiras do período. Os eventos ocorridos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço ("acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos") são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se forem considerados materiais (Nota 32).

3.4 Fluxos de Caixa

A Demonstração dos fluxos de caixa é preparada segundo o método direto, através da qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional, nomeadamente o imposto sobre o rendimento. As atividades de investimento incluem, nomeadamente aquisições e alienações de investimentos em empresas participadas, pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e da venda de ativos e recebimentos de juros e de dividendos. As atividades de financiamento incluem os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira, juros pagos e pagamentos de dividendos.

Em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014, a caixa e seus equivalentes que inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidas de descobertos bancários, detalha-se como segue:



	2015	2014
Numerário	250	250
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	1.025.391	4.932.492
Aplicações de tesouraria	7.186.000	2.248.900
Caixa e seus equivalentes (Balanço)	8.211.641	7.181.642
Descobertos bancários	-	-
Caixa e seus equivalentes (Demonstração dos fluxos de caixa)	8.211.641	7.181.642

3.5 Partes Relacionadas

Conforme mencionado na Nota 1, a Empresa é integralmente detida pelos CTT SA., consequentemente todas as empresas que fazem parte do Grupo CTT foram consideradas como partes relacionadas da Empresa, i.e., o conceito de partes relacionadas inclui não apenas as suas próprias entidades subsidiárias e associadas mas também outras empresas subsidiárias dos CTT.

Os termos ou condições praticados entre as partes relacionadas são em regra substancialmente idênticos aos que normalmente são contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

No decurso dos períodos findo em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014 foram efetuadas as seguintes transações e existiam os seguintes saldos com partes relacionadas:

	2015							
	Cientes e outras contas receber	Imparidade	Acionistas e empresas do Grupo (SD)	Imparidade	Fornecedores e outras contas pagar	Acionistas e empresas do Grupo (SC)	Rendimentos	Gastos
Acionistas	455.610	-	-	-	114.805	199.578	4.379.262	1.209.684
Empresas do Grupo CTT								
Associadas	890.334	(890.334)	191.853	(191.853)	-	-	93.439	-
Outras partes relacionadas	1.959	-	-	-	64.724	-	10.131	637.721
Membros do								
Fiscal Único								11.900
	1.347.913	(890.334)	191.853	(191.853)	179.529	199.578	4.422.832	1.859.305
	2014							
	Cientes e outras contas receber	Imparidade	Acionistas e empresas do Grupo (SD)	Imparidade	Fornecedores e outras contas pagar	Acionistas e empresas do Grupo (SC)	Rendimentos	Gastos
Acionistas	451.356	-	-	-	150.715	50.513	3.964.087	1.608.246
Empresas do Grupo CTT								
Associadas	806.382	(806.382)	182.366	(182.366)	-	-	104.060	1.932
Outras partes relacionadas	3.591	-	-	-	99.351	-	5.749	1.079.740
Membros do								
Fiscal Único								12.900
	1.261.330	(806.382)	182.366	(182.366)	250.066	50.513	4.073.897	2.640.818

A Empresa releva os empréstimos concedidos a empresas do Grupo e os empréstimos obtidos de empresas do Grupo nas rubricas de "Acionistas/ sócios e empresas do Grupo".

Os gastos com Fiscal Único correspondem à totalidade das suas remunerações no período indicado.

Em 2015 está reconhecida em perdas por imparidade a totalidade da dívida da Payshop Moçambique, com a extensão de 191.853 Euros (182.366 Euros em 2014) referentes a empréstimos, 69.924 Euros relativos a faturação a clientes e 820.410 Euros da cessão da dívida da empresa CTT Contacto.

Em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014, a natureza e o detalhe, por empresa do Grupo CTT, dos principais saldos devedores e credores era como segue:

	2015							
	Clientes	Acionistas/ sócios e empresas do Grupo (SD)	Outras contas a receber	Imparidade	Total de contas a receber (valor líquido)	Fornecedores e outras contas pagar	Acionistas/ sócios e empresas do Grupo (SC)	Total de contas a pagar
Adonistas								
CTT - Correios de Portugal, S.A.	455.630	-	-	-	455.630	114.805	199.578	314.383
Associadas								
Payshop Moçambique, SARL	69.924	191.853	820.410	11.082.187	-	-	-	-
Outras partes relacionadas								
CTT Contacto, S.A.	-	-	-	-	-	57.884	-	57.884
CTTExpresso, S.A.	-	-	-	-	-	6.840	-	6.840
CORRE - Correo Expresso Moçambique, S.A.	1.959	-	-	-	1.959	-	-	-
	527.504	191.853	820.410	11.082.187	457.579	179.529	199.578	379.708
	2014							
	Clientes	Acionistas/ sócios e empresas do Grupo (SD)	Outras contas a receber	Imparidade	Total de contas a receber (valor líquido)	Fornecedores e outras contas pagar	Acionistas/ sócios e empresas do Grupo (SC)	Total de contas a pagar
Adonistas								
CTT - Correios de Portugal, S.A.	451.356	-	-	-	451.356	160.776	50.533	201.228
Associadas								
Payshop Moçambique, SARL	63.177	182.366	743.205	1988.748	-	-	-	-
Outras partes relacionadas								
CTT-Gest, S.A.	-	-	-	-	-	92.095	-	92.095
CTTExpresso, S.A.	3.591	-	-	-	3.591	7.071	-	7.071
Malttec Comunicação, S.A.	-	-	-	-	-	185	-	185
EAD	-	-	-	-	-	-	-	-
	518.124	182.366	743.205	1988.748	454.947	250.066	50.533	300.579

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014, a natureza e o detalhe, por empresa do Grupo CTT, das principais transações era como segue:

	2015			
	Vendas e serviços prestados	Outros rendimentos e ganhos	Fornecimentos e serviços externos	Outros gastos e perdas
Adonistas				
CTT - Correios de Portugal, S.A.	4.127.232	192.030	1.209.684	-
Associadas				
Payshop Moçambique, SARL	-	93.439	-	-
Outras partes relacionadas				
CTT Contacto, S.A.	-	-	570.387	-
CTTExpresso, S.A.	-	8.161	63.821	377
Malttec Comunicação, S.A.	-	-	3.136	-
CORRE - Correo Expresso Moçambique, S.A.	-	1.969	-	-
	4.127.232	295.600	1.847.029	377
	2014			
	Vendas e serviços prestados	Outros rendimentos e ganhos	Fornecimentos e serviços externos	Outros gastos e perdas
Adonistas				
CTT - Correios de Portugal, S.A.	3.803.602	160.485	1.606.246	-
Associadas				
Payshop Moçambique, SARL	-	104.060	-	1.932
Outras partes relacionadas				
CTT-Gest, S.A.	-	-	883.276	-
CTTExpresso, S.A.	-	5.749	71.983	-
Malttec Comunicação, S.A.	-	-	4.811	-
Postcontacto, Lda.	-	-	59.670	-
EAD	-	-	-	-
	3.803.602	270.295	2.625.986	1.932

3.6 Ativos Fixos Tangíveis

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos "Ativos fixos tangíveis", bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	2015			
	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Outros Ativos fixos tangíveis	Total
Ativos fixos tangíveis				
Saldo inicial	2.906.946	132.114	68.171	3.107.231
Aquisições	121.935	-	-	121.935
Transferências e abates	(755.724)	-	-	(755.724)
Saldo final	2.273.157	132.114	68.171	2.473.442
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas				
Saldo inicial	2.214.000	132.091	68.155	2.414.246
Depreciações do período	271.953	23	-	271.976
Transferências e abates	(755.724)	-	-	(755.724)
Saldo final	1.730.230	132.114	68.155	1.930.499
Ativos fixos tangíveis líquidos	542.928	-	16	542.944
	2014			
	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Outros Ativos fixos tangíveis	Total
Ativos fixos tangíveis				
Saldo inicial	2.510.946	132.114	68.171	2.711.231
Aquisições	396.000	-	-	396.000
Saldo final	2.906.946	132.114	68.171	3.107.231
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas				
Saldo inicial	1.960.361	132.058	68.155	2.160.574
Depreciações do período	253.639	33	-	253.672
Saldo final	2.214.000	132.091	68.155	2.414.246
Ativos fixos tangíveis líquidos	692.946	23	16	692.985

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, os movimentos mais relevantes ocorridos nas rubricas de Ativos Fixos tangíveis foram: a aquisição de 400 Terminais de Pagamento Automático ("TPA") no valor de 74.000 Euros; a aquisição de 350 scanners no valor de 26.285 Euros; e o abate de 2.563 TPA, no valor de 755.724 Euros, totalmente depreciados.

As depreciações do período, em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, no montante de, 271.976 Euros e 253.672 Euros, respetivamente, foram registadas na rubrica "Gastos/reversões de depreciação e de amortização" da Demonstração dos resultados por naturezas (Nota 26).

12

3.7 Goodwill

Em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014, a composição do goodwill era a seguinte:

Entidade	Ano da aquisição	2015	2014
Empresas associadas			
Payshop Moçambique, SARL	2008	235.946	235.946
	Imparidade	(235.946)	(235.946)
		-	-

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, não houve registos na rubrica de goodwill, mantendo-se o valor líquido contabilístico nulo.

No período findo em 31 de dezembro de 2010 foi registada uma perda por imparidade no valor total do goodwill registado à data.

3.8 Ativos Intangíveis

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014, o movimento ocorrido nas principais classes de ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	2015	
	Propriedade industrial	Total
Ativos intangíveis		
Saldo inicial	407.859	407.859
Saldo final	407.859	407.859
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas		
Saldo inicial	407.859	407.859
Amortizações do período	-	-
Saldo final	407.859	407.859
Ativos intangíveis líquidos	-	-

f

	2014	
	Propriedade industrial	Total
Ativos intangíveis		
Saldo inicial	407.859	407.859
Saldo final	407.859	407.859
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas		
Saldo inicial	374.525	374.525
Amortizações do período	33.334	33.334
Saldo final	407.859	407.859
Ativos intangíveis líquidos	-	-

No período findo em 31 de dezembro de 2015 os "Ativos intangíveis" da Empresa encontram-se totalmente amortizados.

As amortizações do período findo em 31 de dezembro de 2014, no montante de 33.334 Euros, foram registadas na rubrica "Gastos/ reversões de depreciação e de amortização" da Demonstração dos resultados por naturezas (Nota 26).

3.9 Participações Financeiras – Método da Equivalência patrimonial

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, a Empresa detinha a seguinte participação financeira:

Empresa associada	Sede	Percentagem de participação	
		2015	2014
Payshop Moçambique, SARL	Av. 25 de Setembro, 1462 (Túnel) Maputo - Moçambique	35%	35%

No âmbito da aplicação do método da equivalência patrimonial, o investimento efetuado na Payshop Moçambique, SARL, foi reduzido a zero em anos anteriores. Assim, o reconhecimento de perdas adicionais nesta associada é efetuado mediante o reconhecimento de uma provisão, na medida em que a Empresa incorre numa obrigação legal ou construtiva de assumir essas perdas em nome da associada (Notas 3.4, 3.10, e 18).

3.10 Gestão de Riscos Financeiros

As atividades da Empresa acarretam exposição a riscos financeiros, nomeadamente: (i) riscos de crédito - risco dos seus devedores não cumprirem com as suas obrigações financeiras, (ii) riscos de mercado - fundamentalmente o das taxa de juro e o das taxas de câmbio, os quais estão associados, respetivamente, ao risco do impacto da variação das taxas de juro de mercado nos ativos e passivos financeiros e nos resultados e ao risco de flutuação do justo valor dos ativos e passivos financeiros em resultado de alterações nas taxas de câmbio e, (iii) riscos de liquidez - risco de que se venham a encontrar dificuldades para satisfazer obrigações associadas a passivos financeiros.

Por risco financeiro, entende-se justamente, a probabilidade de se obterem resultados diferentes do esperado, sejam estes positivos ou negativos, alterando de forma material e inesperada o valor patrimonial da Empresa.

A gestão do risco concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e procura minimizar os efeitos adversos dessa imprevisibilidade no desempenho financeiro da Empresa.

As categorias de ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 são detalhadas conforme se segue:

ATIVOS FINANCEIROS	2015	2014
Contas a receber de terceiros	1.442.880	1.498.789
Caixa e equivalentes	8.211.641	7.181.642
	<u>9.654.521</u>	<u>8.680.431</u>
PASSIVOS FINANCEIROS		
Fornecedores	294.246	309.637
Outras Contas a pagar a terceiros	1.507.252	50.513
	<u>1.801.498</u>	<u>918.436</u>

Dos riscos financeiros destacam-se os riscos de crédito, os riscos de mercado, de taxa de juro e cambial, e os riscos de liquidez.

Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com os saldos a receber de clientes e outros devedores (agentes), relacionados com a atividade operacional da Empresa. O agravamento das condições económicas globais ou adversidades que afetem as economias a uma escala local, nacional ou internacional podem originar a incapacidade dos clientes e agentes da Empresa para saldar as suas obrigações, com eventuais efeitos negativos nos resultados.

Este risco é monitorizado numa base regular com o objetivo de limitar o crédito concedido a clientes e agentes, considerando o respetivo perfil e antiguidade da conta a receber; acompanhar a evolução do nível de crédito concedido; e analisar a recuperabilidade dos valores a receber numa base regular.

As perdas de imparidade para as contas a receber são calculadas considerando:

- a análise da antiguidade das contas a receber;
- o perfil de risco dos clientes e agentes;
- as condições financeiras dos clientes e agentes.

O movimento das perdas por imparidade em contas a receber encontra-se divulgado na nota 11. Em 31 de dezembro de 2015, é convicção do Conselho de Administração que as perdas por imparidade estimadas em contas a receber se encontram adequadamente relevadas nas demonstrações financeiras.

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro está essencialmente relacionado com os juros obtidos com a aplicação dos

excedentes de tesouraria.

Os ganhos resultantes das operações financeiras são importantes, pelo que as alterações das taxas de juro têm um impacto direto na receita financeira da Empresa.

Com o propósito de reduzir o impacto do risco de taxa de juro, a Empresa acompanha numa base regular e sistemática as tendências de mercado, com vista a alavancar a relação prazo/taxa por um lado e risco/rentabilidade por outro.

As aplicações dos excedentes de tesouraria beneficiaram de um rendimento financeiro de 40.321 Euros no período findo em 31 de dezembro de 2015 (Nota 23).

Risco cambial

A Empresa detém créditos sobre a Payshop de Moçambique expressos em dólares americanos no montante de 978.471 dólares. Não existe risco cambial uma vez que estes créditos estão cobertos integralmente por perdas de imparidade.

Risco de liquidez

O risco de liquidez pode ocorrer se as fontes de financiamento, como sejam as disponibilidades, os fluxos de caixa operacionais e os fluxos de caixa obtidos de operações de desinvestimento, de linhas de crédito e de financiamento, não satisfizerem as necessidades existentes, como sejam as saídas de caixa para atividades operacionais e de financiamento, os investimentos e a remuneração do acionista. Com base nos fluxos de caixa gerados pelas operações e nas disponibilidades de caixa, a Empresa entende que tem capacidade para cumprir as suas obrigações.

As principais obrigações contratuais da Empresa são as relacionadas com as locações operacionais e outros compromissos financeiros não contingentes.

Em 31 de dezembro de 2015 as obrigações relacionadas com locações operacionais eram as seguintes:

	2015		Total
	Até 1 ano	Mais de 1 ano e menos de 5 anos	
Obrigações com locações operacionais	76.472	126.391	202.863
Total de obrigações contratuais	76.472	126.391	202.863

3.11 Clientes e Outras Contas a Receber

Em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014, as rubricas "Clientes" e "Outras contas a receber" apresentavam a seguinte composição:

	2015			2014		
	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida
Cientes						
Correntes	1.540.873	(135.489)	1.405.384	1.606.191	(121.969)	1.484.222
	<u>1.540.873</u>	<u>(135.489)</u>	<u>1.405.384</u>	<u>1.606.191</u>	<u>(121.969)</u>	<u>1.484.222</u>
Outras contas a receber						
Correntes	1.313.907	(1.276.411)	37.496	1.185.450	(1.170.883)	14.567
	<u>1.313.907</u>	<u>(1.276.411)</u>	<u>37.496</u>	<u>1.185.450</u>	<u>(1.170.883)</u>	<u>14.567</u>
	<u>2.854.780</u>	<u>(1.411.900)</u>	<u>1.442.880</u>	<u>2.791.640</u>	<u>(1.292.852)</u>	<u>1.498.788</u>

Cientes

Em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014, a antiguidade do saldo do item "Cientes" é detalhada conforme se segue:

	2015			2014		
	Empresas do Grupo	Outros clientes	Total	Empresas do Grupo	Outros clientes	Total
Cientes						
Saldo não vencido	455.720	732.878	1.188.598	452.502	910.709	1.363.212
Saldo vencido:						
0-30 dias	-	114.491	114.491	-	134.039	134.039
30-90 dias	765	96.488	97.253	1.487	25	1.512
90-180 dias	1.095	5.406	6.500	958	61	1.019
180-360 dias	-	-	-	-	933	933
> 360 dias	-	134.031	134.031	-	105.476	105.476
	<u>457.579</u>	<u>1.083.293</u>	<u>1.540.873</u>	<u>454.948</u>	<u>1.151.243</u>	<u>1.606.191</u>

Outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014, a rubrica de "Outras contas a receber" apresentava o seguinte detalhe:

	2015	2014
Corrente		
Payshop Moçambique	820.410	743.205
Agentes contas a receber	456.001	427.678
Outros	37.496	14.567
	<u>1.313.907</u>	<u>1.185.450</u>

Imparidade em clientes, outras contas a receber e associadas

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014, o movimento ocorrido em "Perdas por imparidade acumuladas" (Nota 13) foi como segue:

fe.

	2015				Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Transferências / Utilizações	
Clientes	121.969	13.520	-	-	135.489
Outras contas a receber	1.170.883	151.024	(35.967)	(9.529)	1.276.411
Associadas	182.366	9.487	-	-	191.853
	1.475.218	174.031	(35.967)	(9.529)	1.603.753

	2014				Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Transferências / Utilizações	
Clientes	107.926	14.043	-	-	121.969
Outras contas a receber	1.052.352	154.849	(32.043)	(4.275)	1.170.883
Associadas	172.511	9.854	-	-	182.366
	1.332.789	178.746	(32.043)	(4.275)	1.475.218

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, foram registadas perdas por imparidade (aumentos líquidos de reversões) em dívidas a receber no montante de 138.063 Euros desfavoráveis e 136.849 Euros desfavoráveis, respetivamente, na rubrica de "Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões) da Demonstração de resultados por naturezas.

O valor de 138.063 Euros desfavoráveis refere-se aos seguintes movimentos de ajustamentos reconhecidos em 2015:

- Reforço da perda por imparidade em 100.211 Euros associado à atualização cambial de dívidas da Payshop Moçambique;
- Reforço da perda por imparidade em 73.819 Euros relativo à entrada em contencioso de dívidas de "Agentes Payshop";
- Reversão de 35.967 Euros relativo a regularizações de dívidas de "Agentes Payshop" que estavam em contencioso.

3.12 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014, a rubrica "Diferimentos" do ativo corrente apresentava a seguinte composição:

	2015	2014
Diferimentos ativos (Gastos a reconhecer)		
Correntes		
Licenças de software	22.782	22.382
	22.782	22.382

3.13 Perdas por Imparidade Acumuladas

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014, realizaram-se os seguintes movimentos nas rubricas de imparidades acumuladas:



	2015				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Transferências / Utilizações	Saldo final
Clientes	121.969	13.520	-	-	135.489
Outras contas a receber	1.170.883	151.024	(35.967)	(9.529)	1.276.411
Associadas	182.366	9.487	-	-	191.853
	<u>1.475.218</u>	<u>174.031</u>	<u>(35.967)</u>	<u>(9.529)</u>	<u>1.603.753</u>

	2014				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Transferências / Utilizações	Saldo final
Clientes	107.926	14.043	-	-	121.969
Outras contas a receber	1.052.352	154.849	(32.043)	(4.275)	1.170.883
Associadas	172.511	9.854	-	-	182.366
	<u>1.332.789</u>	<u>178.746</u>	<u>(32.043)</u>	<u>(4.275)</u>	<u>1.475.218</u>

A imparidade da rubrica "Associadas" refere-se à totalidade dos empréstimos concedidos à Payshop Moçambique, tendo sido sujeita a atualização cambial em 2015 no valor de 9.487 Euros e registada na rubrica de "Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões) da Demonstração dos resultados por naturezas.

Os registos do período associados à perda por imparidade da rubrica "Clientes e outras contas a receber" são detalhados na Nota 11.

As "Utilizações" das perdas por imparidades registadas dizem respeito ao desreconhecimento de dívidas anteriormente reconhecidas na Demonstração dos resultados da Empresa, depois de cumpridos os requisitos legais previstos no art.º 41 do Código de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas.

3.14 Capital e Prémios de Emissão

Capital

Em 31 de dezembro de 2015 o capital da Empresa era composto por 300.000 ações com o valor nominal de 5 Euros cada, sendo detido na totalidade pelos CTT Correios de Portugal, S.A. O capital encontra-se totalmente subscrito e realizado.

3.15 Reservas e outras Rubricas de Capital Próprio

Reservas legais

A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal, até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014, a rubrica de "Reservas legais" apresentava o seguinte detalhe:

	2015	2014
Saldo inicial	300.000	300.000
Saldo final	300.000	300.000

Resultados transitados

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014, realizaram-se os seguintes movimentos na rubrica de "Resultados transitados":

	2015	2014
Saldo inicial	-	-
Aplicação do resultado do período anterior	5.566.929	5.671.966
Distribuição de dividendos	(5.525.479)	(5.671.966)
Outras variações	(25.842)	-
Saldo final	15.608	-

O valor de 25.842 Euros na rubrica "Outras variações" no período findo em 31 de dezembro de 2015 diz respeito a "gratificações de balanço" relativo ao ano de 2014.

3.16 Dividendos

Na Assembleia Geral realizada em 30 de abril de 2015, foi aprovada a distribuição de um dividendo por ação de 18,42 Euros referente ao período de 2014, tendo sido pago o montante de 5.525.479 Euros no mês de maio de 2015, relativo ao do resultado líquido de 2014.

Na Assembleia Geral realizada em 16 de abril de 2014, foi aprovada a distribuição de um dividendo por ação de 18,91 Euros referente ao período de 2013, tendo sido pago o dividendo total de 5.671.966 Euros no mês de maio de 2014, relativo à totalidade do resultado líquido de 2013.

3.17 Resultados por Ação

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014, os resultados por ação foram calculados como segue:

	2015	2014
Resultado líquido do período	5.890.097	5.566.929
Nº médio de ações ordinárias	300.000	300.000
Resultado líquido por ação	19,63	18,56

3.18 Provisões, Garantias Prestadas, Passivos Contingentes e Compromissos

Provisões

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014, as "Provisões" constituídas pela Empresa tiveram o seguinte movimento:

	2015			
	Saldo inicial	Aumentos	Transferências	Saldo final
Provisões não correntes				
Dívidas Payshop Moçambique	173.131	-	-	173.131
Participações financeiras	215.772	-	(25.997)	189.775
	<u>388.902</u>	<u>-</u>	<u>(25.997)</u>	<u>362.906</u>
	2014			
	Saldo inicial	Aumentos	Transferências	Saldo final
Provisões não correntes				
Dívidas Payshop Moçambique	173.131	-	-	173.131
Participações financeiras	213.839	1.932	-	215.772
	<u>386.970</u>	<u>1.932</u>	<u>-</u>	<u>388.902</u>

A provisão para participações financeiras corresponde à assunção pela Empresa de obrigações legais ou construtivas relativas à associada Payshop Moçambique (Nota 3.10).

O valor de 25.997 Euros de "Transferências", no período findo em 31 de dezembro de 2015, corresponde à atualização cambial da participação Payshop Moçambique e encontra-se reconhecido em "Diferenças de câmbio favoráveis de ativos e passivos diferentes de financiamento", na rubrica "Outros rendimentos e ganhos" da Demonstração dos resultados por natureza (Nota 23).

O valor de 1.932 Euros, no período findo em 31 de dezembro de 2014, corresponde à atualização cambial da participação Payshop Moçambique e encontra-se reconhecido em "Diferenças de câmbio desfavoráveis de ativos e passivos diferentes de financiamento", na rubrica "Outros gastos e perdas" da Demonstração dos resultados por natureza (Nota 27).

Passivos contingentes e compromissos

Em 31 de dezembro de 2015, a Empresa não tem responsabilidades contingentes e compromissos de compra.

Garantias prestadas

Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, a Empresa tinha assumido compromissos por garantias prestadas a terceiros para cobertura de concursos promocionais no montante de 60.720 Euros.

O detalhe das garantias prestadas era como segue:

Descrição	2015	2014
Garantias bancárias solicitadas pela empresa a favor de terceiros:		
TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE	50.000	50.000
Águas do Porto, E.M	10.720	10.720
	<u>60.720</u>	<u>60.720</u>

Em 31 de dezembro de 2015, a Empresa não assumiu outros compromissos além dos que se encontram relevados nas presentes demonstrações financeiras.

3.19 Locações Operacionais

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014 a Empresa mantinha responsabilidades de médio e longo prazo em contratos de locação operacional, com cláusula de penalização em caso de cancelamento. O montante total dos pagamentos futuros respeitante a locações operacionais é o seguinte:

	2015	2014
Até 1 ano	76.472	60.595
Entre 1 ano e 5 anos	126.391	156.882
	<u>202.863</u>	<u>217.477</u>

Em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014, os gastos incorridos com contratos de locação operacional foram de 55.768 Euros e 56.972 Euros, respetivamente, e encontram-se reconhecidos em "Rendas e alugueres" na rubrica "Fornecimentos e serviços externos" da Demonstração dos resultados por natureza (Nota 24).

3.20 Fornecedores e Outras Contas a Pagar

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014 as rubricas "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" apresentavam a seguinte composição:

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014, a antiguidade do saldo da rubrica de "Fornecedores" era conforme se segue:

	2015			2014		
	Empresas do Grupo	Outros fornecedores	Total	Empresas do Grupo	Outros fornecedores	Total
Fornecedores, conta corrente:						
Não vencido	177.583	47.507	225.090	250.075	43.999	294.074
0-30 dias	479	23.445	-	-	3.058	-
30-90 dias	1.348	21.376	22.723	(9)	(832)	(842)
90-180 dias	8	13.579	13.587	-	4.324	4.324
180-360 dias	111	349	461	-	8.196	8.196
> 360 dias	-	8.460	8.460	-	827	827
	<u>179.529</u>	<u>114.717</u>	<u>294.246</u>	<u>250.065</u>	<u>59.571</u>	<u>309.637</u>

Outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014, o detalhe da rubrica "Outras contas a pagar" era conforme segue:

	2015	2014
Corrente		
Fornecedores de investimento	50.563	-
Credores por acréscimos de gastos		
Remunerações a liquidar	139.064	80.760
Campanhas incentivo p/ agentes	315.115	281.557
Comissões de Agentes	441.652	437.126
Outros credores por acréscimo de gastos	111.131	76.005
Outros credores		
Outros	250.150	42.987
	<u>1.307.674</u>	<u>918.436</u>

Em 31 de dezembro de 2015, o acréscimo de gastos no valor de 315.115 Euros na rubrica "Campanhas incentivo p/ agentes", refere-se a gastos com *marketing* e pontos vencidos e ainda não utilizados pelos Agentes no âmbito do "Prémio Club P", programa de incentivo às vendas pelos Agentes da rede Payshop.

Na rubrica de "Remunerações a liquidar" estão registados os acréscimos de férias, subsídios de férias e remunerações variáveis dos colaboradores da Empresa.

Na rubrica "Outros credores", o valor de 214.575 Euros no período findo em 31 de dezembro de 2015 (35.398 Euros em 31 de dezembro de 2014), diz respeito à conta de serviço da Empresa e reflete os valores de terceiros cobrados pela rede de Agentes Payshop a entregar pela Payshop aos seus clientes.

3.21 Estado e Outros Entes Públicos

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014, a rubrica de "Estado e outros entes públicos" apresentava a seguinte composição:

Passivo corrente	2015	2014
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	23.093	28.738
Imposto sobre o valor acrescentado	301.754	315.893
Contribuições para a Segurança Social	24.526	15.985
	<u>349.373</u>	<u>360.616</u>

O passivo corrente relativo ao imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (Nota 30), no montante de 199.578 Euros, encontra-se registado na rubrica de "Acionistas/sócios e empresas do Grupo", de acordo com o Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades ("RETGS") no qual a Empresa está abrangida (Nota 3.13), tendo sido apurado como se segue:

Passivo corrente	2015	2014
Estimativa de imposto (Nota 30)	2.025.775	2.081.099
Pagamentos por conta	(1.815.498)	(2.000.250)
Retenção na Fonte	(10.700)	(30.532)
	<u>199.578</u>	<u>50.317</u>

3.22 Vendas e Serviços Prestados

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014, as categorias significativas do réditto da Empresa eram as seguintes:

	2015	2014
Prestação de serviços	14.301.198	15.544.280
	<u>14.301.198</u>	<u>15.544.280</u>

3.23 Outros Rendimentos e Ganhos

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014, a composição da rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" era conforme se segue:

	2015	2014
Juros obtidos	40.321	74.662
Rendimentos suplementares	202.523	191.785
Diferenças de câmbio favoráveis de ativos e passivos diferentes de financiamento	100.211	104.060
Outros	3.077	1.449
	<u>346.132</u>	<u>371.957</u>

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, os "Rendimentos suplementares" no valor de 202.253 Euros e 191.785 Euros, respetivamente, dizem respeito, essencialmente, à cedência ocasional de trabalhadores em contexto de Grupo CTT.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, as "Diferenças de câmbio favoráveis de ativos e passivos diferentes de financiamento" no valor de 100.211 Euros e 104.060 Euros, respetivamente, referem-se à atualização cambial de dívidas da Payshop Moçambique.

De acordo com esclarecimento nº 26 da Comissão de Normalização Contabilística de maio/2012 os "Juros e rendimentos similares obtidos" que não derivem diretamente do financiamento da entidade deverão afetar o resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos). Deste modo, os valores registados na rubrica "Juros depósitos em instituições de crédito" são apresentados nesta Nota.

3.24 Fornecimentos e Serviços Externos

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014, a rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" tinha a seguinte composição:



	2015	2014
Serviços especializados		
Comissões	3.194.032	3.807.344
Pessoal cedido	175.997	188.786
Publicidade	219.174	253.774
Call center	74.709	123.326
Data center	134.755	134.755
Conservação e reparação	31.399	10.684
Outros serviços especializados	186.587	169.104
Materials	78.351	80.665
Energia e fluídos	27.276	29.223
Deslocações	5.557	2.969
Rendas e alugueres		
Aluguer operacional (Nota 19)	55.768	56.972
Outras rendas e alugueres	73.524	83.089
Comunicação	212.339	492.099
Royalties	570.387	883.276
Outros serviços	212.845	315.607
	<u>5.252.700</u>	<u>6.631.673</u>

3.25 Gastos com Pessoal

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014, a rubrica de "Gastos com o pessoal" tinha a seguinte composição:

	2015	2014
Remunerações dos órgãos sociais (Nota 5)	11.900	12.900
Remunerações do pessoal	707.099	655.343
Indemnizações	-	17.502
Encargos sobre remunerações	153.956	148.647
Seguros de acidente trabalho e doenças profissionais	13.808	(1.325)
Gastos de acção social (seguros de saúde e higiene no trabalho)	6.844	5.579
	<u>893.607</u>	<u>838.646</u>

Remunerações do pessoal

A variação na rubrica "Remunerações do pessoal" resulta essencialmente do efeito da atualização das remunerações base e remunerações variáveis registadas em 2015.

Em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014, o nº médio de pessoal ao serviço da Empresa foi de 27.

Conselho de Administração

Em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014, o Conselho de Administração era composto por 2 e 3 elementos, respetivamente, pertencentes aos quadros de outras Empresas do Grupo, conforme consta do Relatório do Governo da Sociedade anexo ao Relatório e Contas

Remunerações dos órgãos sociais



Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, as remunerações fixas atribuídas aos órgãos sociais da Empresa, foram as seguintes:

	2015	2014
Fiscal Único		
Remunerações fixas	11.900	12.900
	<u>11.900</u>	<u>12.900</u>

3.26 Depreciações/ Amortizações e Imparidade de Investimentos

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014, o detalhe da rubrica "Gastos/ reversões de depreciação e de amortização" era o seguinte:

	2015	2014
Ativos fixos tangíveis		
Depreciações (Nota 6)	271.976	253.672
Ativos intangíveis		
Amortizações (Nota 8)	-	33.334
	<u>271.976</u>	<u>287.006</u>

3.27 Outros Gastos e Perdas

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014, a decomposição da rubrica de "Outros gastos e perdas" era conforme segue:

	2015	2014
Serviços bancários	42.620	66.409
Impostos e taxas	2.663	27.457
Diferenças de câmbio desfavoráveis	188	-
Prémios de incentivo aos Agentes	150.341	266.320
Outros gastos e perdas	4.579	668
	<u>200.392</u>	<u>360.853</u>

No período findo em 31 de dezembro de 2015, o valor de 150.341 Euros na rubrica "Prémios de incentivo a Agentes" corresponde aos pontos vencidos em 2015 no âmbito do "Prémio Club P", programa de incentivo às vendas pelos Agentes.

3.28 Juros Gastos Similares Suportados

No decurso dos períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica "Juros e gastos similares suportados" encontrava-se detalhada como se segue:





	2015	2014
Juros suportados		
Financiamentos bancários	-	1.394
Outros gastos de financiamento	173	1
	<u>173</u>	<u>1.395</u>

3.29 Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014, a Empresa reconheceu as seguintes diferenças de câmbio:

	2015	2014
Diferenças de câmbio desfavoráveis		
Outros gastos e perdas (Nota 27)	188	-
	<u>188</u>	<u>-</u>
Diferenças de câmbio favoráveis		
Outros rendimentos e ganhos (Nota 23)	100.211	104.060
	<u>100.211</u>	<u>104.060</u>

As diferenças de câmbio reconhecidas referem-se a operações com a Payshop Moçambique.

3.30 Imposto sobre o Rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a imposto sobre os lucros em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC") à taxa normal de 21% (23% em 2014), sendo a Derrama fixada a uma taxa máxima de 1,5% do lucro tributável, e a Derrama estadual de 3% do excedente do lucro tributável em 1.500.000 Euros, e 5% do excedente de 7.500.000 Euros até 35.000.000 Euros e 7% no montante que exceda os 35.000.000 Euros.

Reconciliação da taxa de imposto

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014, a reconciliação entre o montante resultante da aplicação da taxa nominal de imposto ao resultado antes de impostos e o gasto com imposto sobre o rendimento foi como segue:



	2015	2014
Resultado antes de impostos	A 7.916.416	7.648.028
Taxa nominal de imposto	21,0%	23,0%
Imposto esperado	1.662.447	1.759.046
Diferenças permanentes		
Benefícios fiscais	(19.385)	(48.590)
Acertos Payshop Moçambique	74.215	105.993
Perdas por imparar. n/fiscalmente dedutíveis	-	919
Outras situações, líquidas	5.157	3.275
Total de acertos	B 59.988	61.596
Lucro tributável	A+B 7.976.404	7.709.625
Coleta	1.675.045	1.773.214
Ajustamentos à coleta - Tributação Autónoma	27.264	1.955
Ajustamentos à coleta - Derrama Municipal	119.646	115.644
Ajustamentos à coleta - Derrama Estadual	203.820	190.481
(Excesso) / insuficiência de estimativa para impostos	545	(196)
Impostos sobre o rendimento do período	2.026.320	2.081.099
Taxa efetiva de imposto	25,60%	27,21%
Impostos sobre o rendimento do período		
Imposto corrente	2.025.775	2.081.295
(Excesso) / insuficiência de estimativa para impostos	545	(196)
	2.026.320	2.081.099

Outras informações

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. As únicas declarações fiscais da Empresa que podem ser sujeitas a revisão são as de 2012, uma vez que as anteriores àquela data já foram sujeitas a inspeção tributária.

O Conselho de Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras.

3.31 Informação sobre Matérias Ambientais

A Payshop é uma empresa CTT, pelo que a informação da matéria ambiental deve ser vista em termos de política ambiental do Grupo CTT.

O Ambiente é um dos temas relevantes identificados no exercício de materialidade e mapeamento de partes interessadas dos CTT e integra a estratégia de Sustentabilidade da empresa, numa perspetiva de gestão de riscos e oportunidades. Essa abordagem e os respetivos compromissos assumidos estão expressos em *statements* e referenciais de gestão dos CTT, casos da Política de Ambiente,

Política de Gestão Energética, Carbónica e de Alterações Climáticas, Política de Compras Responsáveis e Código de Conduta (internos), ou *Business&Biodiversity, Caring for Climate* das Nações Unidas e Princípios COP 21 (externos).

Os CTT intervêm ativamente num amplo conjunto de descritores ambientais, como a eficiência energética, gestão carbónica, alterações climáticas, sistemas de gestão ambiental certificados, mobilidade sustentável e frotas alternativas, biodiversidade, gestão de resíduos, compras responsáveis ou marketing sustentável, tendo obtido diversos reconhecimentos e prémios, nacionais e internacionais. As ações realizadas e os resultados atingidos encontram-se desenvolvidos em profundidade no "Relatório de Sustentabilidade dos CTT".

De forma a assegurar a cobertura de responsabilidades ambientais decorrentes Decreto-Lei n.º147/2008 de 29 de julho (Diploma da Responsabilidade Ambiental), alterado pelo Decreto-Lei n.º 245/2009, de 22 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 29-A/2011, de 1 de março e pelo Decreto-Lei n.º 60/2012, de 14 de março, que estabelecem o regime jurídico da responsabilidade por danos ambientais, os CTT subscreveram um seguro de responsabilidade civil no montante de 1.000.000 Euros, por sinistro e período seguro.

Não existem, que sejam do nosso conhecimento, quaisquer passivos de carácter ambiental nem obrigações presentes, quer legais, quer construtivas, relacionadas com matérias ambientais que devam dar origem à constituição de provisões.

3.32 Acontecimentos Subsequentes

Autorização para emissão das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2015 foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Empresa e autorizadas para emissão em 03 de março de 2016. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

O CONTABILISTA CERTIFICADO



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras da PAYSHOP (Portugal), SA (adiante também designada por Empresa), as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2015 (que evidencia um total de 10 220 247 euros e um total de capital próprio de 7 706 470 euros, incluindo um resultado líquido de 5 890 097 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação, (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade, e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

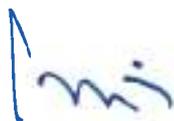
Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da PAYSHOP (Portugal), SA, em 31 de dezembro de 2015, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 3 de março de 2016



Pedro Aleixo Dias, em representação de
BDO & Associados - SROC

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Acionistas,

No cumprimento do mandato que V. Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias, acompanhámos durante o exercício de 2015 a atividade da PAYSHOP (Portugal), SA, examinámos regularmente os livros, registos contabilísticos e demais documentação, constatámos a observância da lei e dos estatutos e obtivemos do Conselho de Administração os esclarecimentos, informações e documentos solicitados.

O Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, o Anexo e o Relatório de Gestão, lidos em conjunto com a Certificação Legal das Contas, permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da PAYSHOP (Portugal), SA e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor. Os critérios valorimétricos utilizados merecem a nossa concordância.

Parecer

Assim, propomos:

1º Que sejam aprovados o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo da PAYSHOP (Portugal), SA, apresentados pelo Conselho de Administração, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

2º Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de Gestão.

Lisboa, 3 de março de 2016

O FISCAL ÚNICO



Pedro Aleixo Dias, em representação de
BDO & Associados - SROC